



# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

EXMO. SR. PRESIDENTE

PL 019/2026

A autoria da presente Proposição é do Vereador Rogério Pereira Marques.

Trata-se de PL que dispõe sobre a instituição de normas para poda e manejo de árvores urbanas em Sorocaba, visando segurança pública e preservação ambiental.

**Este Projeto de Lei não encontra respaldo em nosso Direito Positivo**, face a forma de apresentação, pois, está em vigência Lei Municipal, que trata do assunto disposto nessa Proposição, neste diapasão passa-se a expor:

Dispõe nos termos infra, a Lei que trata da matéria disposta neste PL, *in verbis*:

*LEI Nº 4.812, DE 12 DE MAIO DE 1995.*

*Disciplina a proteção, o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo e dá outras providências.*

**Está estabelecido na Constituição da República Federativa do Brasil que Lei Complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis**, nos termos seguintes:

*Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:*

*I – Emendas à Constituição*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

*II – leis complementares;*

*III – leis ordinárias;*

*IV – leis delegadas;*

*V - medidas provisórias;*

*VI – decretos legislativos;*

*VII – resoluções;*

*Parágrafo único. Lei Complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. (g.n.)*

Face aos ditames constitucionais foi editada Lei Complementar Federal que normatiza sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, **estabelecendo que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa, in verbis:**

*Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.*

*Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.*

*Art. 7º O primeiro artigo texto indicará o objetivo da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:*





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

*IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.*  
(g.n.)

**Este Projeto de Lei é ilegal face a forma proposta,**  
para escoimar o vício de ilegalidade apontada, bem como, obedecendo a Lei de Regência (Lei Complementar Federal nº 95, de 1998), o presente PL deve-se ater a complementar a Lei básica em vigência (Lei nº 4.812, de 12 de maio de 1995).

Por fim sublinha-se que, se acaso se buscar normatizar inteiramente a matéria de determinada Lei em vigência, é necessário inserir no PL cláusula de revogação expressa, em observância ao art. 9º, Lei Complementar Federal nº 95, de 1998: “A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições revogadas”, **ou seja, inexistente em nosso sistema jurídico revogação tácita**; ressalta-se que:

**Tais regras de Técnica Legislativa, determinadas pela Constituição da República,** devem ser observadas, para trazer racionalidade ao sistema normativo, para que não ocorra, ao se deparar com uma Lei, inserida em nosso Direito Positivo, não se ter nunca a certeza se a mesma está ou não em vigência, e se acaso existe alguma Lei que revoga tacitamente a mesma; ou ainda, não se saberá ao observar uma Lei, se por ventura não existem leis esparsas tratando do mesmo assunto, sem que haja revogação tácita.

**Face a todo o exposto constata-se que este Projeto de Lei é ilegal,** por contrariar os termos da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1988.

Ressalta-se, por fim, que o Art. 6º, o qual dispõe: “Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário. ”, contrasta com a Lei de Regência, Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme





# CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, estabelecendo o Art. 9º, que: “A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. **Sendo, portanto, ilegal o Art. 6º, deste PL,** por contrariar a Lei Complementar Federal nº 95, de 1998.

É o parecer.

Sorocaba, 04 de fevereiro de 2026.

MARCOS MACIEL PEREIRA

Procurador Legislativo



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310030003500360037003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **MARCOS MACIEL PEREIRA** em **04/02/2026 14:34**

Checksum: **E42A41B0BBEA3DB7C023756F98781A8794CFF74C0C0F6486334018F1C6823B60**



Autenticar documento em <https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade>  
com o identificador 3100310030003500360037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente  
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.